

Invisibilidade: característica do profissional da informação e dos equipamentos informacionais*

Resumo

A partir da ideia de “invisibilidade do usuário”, e seguindo as mesmas bases teóricas, o artigo defende que tal invisibilidade não é exclusiva dos usuários, mas atinge e se faz presente nos que trabalham nos equipamentos informacionais, em especial nos bibliotecários. A questão inicial e que motivou as reflexões expostas no trabalho é: Como o bibliotecário é visto e entendido pela sociedade, uma vez que sua profissão não é valorizada e reconhecida ou cujo fazer não é compreendido nem aceito como útil socialmente? Além disso, o trabalho objetivou discutir, com base em conceitos e experiências, a invisibilidade do profissional bibliotecário e dos espaços nos quais atua, ante a sociedade. Lançando mão de recursos ensaísticos, as reflexões têm bases teóricas já utilizadas pelos autores em outros momentos, mas voltadas para um foco na relação entre equipamentos informacionais, usuários, profissionais interessados na informação e a sociedade.

Palavras-chave: invisibilidade-bibliotecas; invisibilidade-usuários; invisibilidade-profissional da informação; invisibilidade-bibliotecários; equipamentos informacionais.

Oswaldo Francisco de Almeida Junior

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).
ofaj@ofaj.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-3629-7435>

Rodrigo Rabello

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIInf) da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB).
rdgrabello@unb.br
<https://orcid.org/0000-0001-7217-1608>

Como citar este artículo: Almeida Junior, Oswaldo Francisco de; Rabello, Rodrigo (2025). Invisibilidade: característica do profissional da informação e dos equipamentos informacionais. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 48(3), e360064. <https://doi.org/10.17533/udea.rib.v48n3e360064>

Recibido: 2025-01-03/ Aceptado: 2025-26-09

* O presente texto é oriundo das reflexões suscitadas por leituras, discussões e debates que surgem da pesquisa continuada desenvolvida por Oswaldo Francisco de Almeida Junior. Decorre também de reflexões no âmbito do projeto “Documento, sujeitos e institucionalidades: valores probatórios, mediação e validação da informação”, coordenado por Rodrigo Rabello.



Invisibility: A Characteristic of Information Professionals and Informational Institutions

Abstract

Based on the idea of the "invisibility of the user" and following the same theoretical foundations, this article argues that such invisibility is not exclusive to users but also affects those who work in informational institutions, particularly librarians. The initial question that motivated the reflections presented in this study is about how is the librarian perceived and understood by society, given that their profession is neither valued nor recognized, or that their work is not understood or accepted as socially useful. Furthermore, this study aims to discuss, through concepts and experiences, the invisibility of librarians and the spaces in which they operate in relation to society. Making use of essayist resources, the reflections draw on theoretical foundations previously employed by the authors at other times, but now directed toward a focus on the relationship between informational institutions, users, professionals interested in information, and society.

Keywords: Invisibility-libraries; invisibility-users; invisibility-information professional; invisibility-librarians; informational institutions.

Invisibilidad: característica del profesional de la información y de las instituciones informacionales

Resumen

A partir de la idea de la "invisibilidad del usuario", y siguiendo las mismas bases teóricas, el artículo sostiene que dicha invisibilidad no es exclusiva de los usuarios, sino que también afecta y se manifiesta en quienes trabajan en los espacios informacionales, especialmente en los bibliotecarios. La pregunta inicial que motivó las reflexiones expuestas en el trabajo fue sobre cómo es visto y comprendido el bibliotecario por la sociedad, considerando que su profesión no es valorada ni reconocida, o que su quehacer no es entendido ni aceptado

como socialmente útil. Además, el trabajo tuvo como objetivo discutir, a partir de conceptos y experiencias, la invisibilidad del profesional bibliotecario y de los espacios en los que actúa frente a la sociedad. Recurriendo a recursos ensayísticos, las reflexiones se sustentan en bases teóricas que los autores ya habían empleado en otros momentos, pero orientadas en esta ocasión hacia la relación entre los espacios informacionales, los usuarios, los profesionales interesados en la información y la sociedad.

Palabras clave: invisibilidad-bibliotecas; invisibilidad-usuarios; invisibilidad-profesional de la información; invisibilidad-bibliotecarios; instituciones informacionales.

1. Introdução

Há algumas questões que povoam, ao menos por um determinado período, nossas preocupações acadêmicas. Tais preocupações, de uma maneira ou de outra, invadem todos os outros aspectos de nossas vidas, nos intimando a resolvê-las ou, ao menos, melhor elaborá-las internamente. Elas surgem das leituras que fazemos de textos acadêmicos, mas, também, de todas as leituras empíricas do mundo que se apresentam em nosso cotidiano. O conhecimento também se faz de nossas experiências e vivências, de nosso contato com o mundo. Estamos aqui empregando o conceito de leitura em seu sentido lato, que inclui a leitura da oralidade e, também, da comunicação não verbal. A ênfase nesses últimos tipos de leitura é necessária uma vez que não fazem – ela – parte dos interesses de pesquisa da área da informação. Tal ênfase abrange todos os campos que circundam a área, incluindo e indo além quando esta entende seu objeto restrito à informação registrada ou a formas de recuperá-la posteriormente.

Como exemplo das preocupações descritas acima, temos o caso da invisibilidade do usuário nos espaços dos equipamentos informacionais, que surgiu a partir das leituras de livros de Jessé Souza, sobretudo a partir das questões suscitadas em sua obra *A ralé brasileira: quem é e como vive* (Souza, 2011), e que abriram trilhas diferentes das comumente desenvolvidas nos estudos de usuários. Por equipamentos informacionais, compreendemos os espaços onde ocorre a mediação da informação e que influenciam sua construção (Almeida Junior, 2015b). Os usuários tornados invisíveis nesses equipamentos são

aqueles que, por motivos alheios à sua vontade, não podem utilizá-los nem acessar os recursos e serviços que oferecem.

Outros olhares e reflexões foram gerados e exigiram dos pesquisadores a disseminação deles. Seguindo a lógica de que, quanto mais desbravamos o desconhecido e descerramos cortinas, maiores se tornam as fronteiras com o que ainda não conhecemos, nossa atenção foi direcionada ao profissional que atua com a informação. Embora o termo profissional da informação seja amplo e possa incluir aqueles que atuam em diversos campos da comunicação, como jornalistas e editores, optamos por direcioná-lo àqueles que trabalham diretamente em equipamentos informacionais, como arquivos, museus e bibliotecas. Além disso, ao mobilizarmos exemplos relacionados a bibliotecas, o termo profissional da informação, neste texto, refere-se principalmente aos bibliotecários no contexto brasileiro, com os quais temos maior proximidade e sobre os quais nossas reflexões incidiram mais intensamente.

Ao descerrar uma das cortinas que encobrem um tema polêmico e controverso – para não dizer um tabu –, especialmente na área de Biblioteconomia, podemos afirmar que a invisibilidade não é exclusiva dos usuários, mas atinge e se faz presente nos que trabalham nos equipamentos informacionais, em especial nos bibliotecários. Nesse sentido, o presente trabalho tem como questão inicial: Como o bibliotecário é visto e entendido pela sociedade, uma vez que sua profissão não é valorizada e reconhecida ou cujo fazer não é compreendido nem aceito como útil socialmente?

Todos os textos dissertativos são elaborados com o propósito de discutir as questões centrais que buscam explorar. No presente texto, considerando a questão proposta, surge a necessidade de identificar seus objetivos. O objetivo geral consiste em discutir, com base em conceitos e experiências brasileiras, a invisibilidade do profissional bibliotecário, e dos espaços nos quais atua, ante a sociedade, para, especificamente, [i] verificar o olhar da sociedade sobre a atuação do profissional bibliotecário e dos equipamentos informacionais; [ii] analisar, com base em textos, qual o olhar do bibliotecário sobre si mesmo; e [iii] estudar a relação entre a invisibilidade do usuário e a do bibliotecário no âmbito dos equipamentos informacionais.

Este trabalho, de caráter ensaístico, adota uma argumentação mais flexível para discutir um tema amplo e controverso. Além das restrições próprias do espaço de um artigo acadêmico e das escolhas teóricas dos autores, a opção por uma revisão narrativa – não sistemática – impõe limites adicionais, especialmente no que se refere ao aprofundamento de lacunas e debates conceituais. Mais do que oferecer respostas, a proposta busca estimular a reflexão sobre uma temática frequentemente discutida de maneira informal nos corredores das instituições de ensino voltadas à informação, mas ainda pouco explorada em âmbito acadêmico.

2. Estereótipos e invisibilidade profissional

Discutimos em textos anteriores (Almeida Junior, 2004; 2015a), em especial no artigo “Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação” (Rabello e Almeida Junior, 2020), a invisibilidade do usuário, do público dos equipamentos informacionais. Defendemos neste texto que, no contexto de vulnerabilidade e de silenciamento social, o usuário é invisível, no entanto, o bibliotecário também o é. Defendemos, ademais, que a biblioteca deve ser incluída nesse rol de invisibilidade. Há de se observar que esta defesa está situada no cenário deontológico da prática profissional bibliotecária brasileira e, por conseguinte, abrangendo questões que, por vezes, têm alcance no contexto informacional latino-americano.

Muitas das ações voltadas para a divulgação da biblioteca e de outros equipamentos informacionais têm como alvo a sociedade como um todo. Esses equipamentos, por vezes, estão preocupados em modificar o estereótipo relacionado ao espaço, às práticas institucionais e, consequentemente, aos profissionais que nele atuam. Esquecem, os que idealizam essas ações, de preparar tais profissionais para atender, adequadamente, as demandas que surgirão. Quaisquer que sejam as iniciativas direcionadas para a divulgação dos espaços informacionais devem ser planejadas em duas direções: para o público externo e para os que desenvolvem trabalhos neles.

O estereótipo do profissional da informação tem um caráter histórico; uma relação estreita com os estereó-

tipos dos materiais com os quais ele trabalha; com o vínculo da preservação do conhecimento da elite, que arbitrariamente se impõe a outras formas de saber; com a dissociação entre as necessidades, interesses e desejos das informações demandadas pelos usuários e as disponíveis (armazenadas nos acervos de forma física ou não) para atendê-las – lembrando que há uma interferência comercial e econômica na produção de documentos –; e, também, de maneira não menos importante, o estereótipo é construído a partir do fazer, do trabalho do profissional da informação. A ideia de atribuir a causa da forma como o profissional e seus equipamentos são vistos pela sociedade, exclusivamente para esta última, é uma forma de não repensar seu fazer, não refletir sobre suas ações e se eximir de fazer mudanças, de propor transformações.

Em um texto da década de 1990, a questão do estereótipo do bibliotecário era abordada do seguinte modo:

[...] o profissional bibliotecário é entendido como improductivo, passivo, guardião do passado, ocioso, inútil, sem função social e, horror dos horrores, funcionário público.

Acrescentar a esse rol de adjetivos mais um, o de conformista, não vai piorar a imagem desse profissional que se faz presente como reproduutor da ideologia dominante, como aquele que colabora na sustentação e preservação dos valores, idéias, propostas e interesses das classes que detêm o poder. A postura e a atitude do bibliotecário parecem, muitas vezes, deixar de lado o conformismo para transformar-se em apoio e afirmação deliberada de posições reconhecidamente parciais. (Almeida Junior, 1995, pp. 4-5)

A propaganda comercial reforça o estereótipo do bibliotecário, o rotulando e difundindo tal entendimento em pequenos vídeos, mas também, na literatura, em quadrinhos, em novelas, no teatro e em produções cinematográficas (Boaventura, 2024). Esse estereótipo termina por ser aceito pelo próprio bibliotecário que, boa parte desses profissionais, em função disso, passa a sentir vergonha da sua área de atuação ou aceita que outras profissões sejam mais importantes que a dele. Os bibliotecários, assim, incorporam e assumem a própria invisibilidade.

A constância em defender o “núcleo duro” da área apenas aos “serviços meios” – relacionados, por exemplo, àque-

les pertencentes às ações de organização da informação, observados nos processos de classificação, de indexação, de catalogação, de produção e utilização de linguagens documentárias –, desconsiderando o momento e os espaços em que os usuários se relacionam com a informação, denota a tentativa de entender o trabalho com a informação afeito aos serviços “internos”, aos quais os usuários não têm acesso. O principal trabalho das bibliotecas, dentro desse ponto de vista, fica “escondido”, afeito aos “intestinos” das bibliotecas e os resultados deles, quando expostos aos usuários, não são adequadamente percebidos.

O que significa ser invisível? O invisível não é aquilo que, necessariamente, está oculto, mas, no caso que retratamos, é algo que, mesmo observável e tangível, não é assimilado, não se faz importante, é desconsiderado ou ausente nos interesses da sociedade.

Na verdade, o profissional da informação – quer seja o bibliotecário, o arquivista ou o museólogo (lembrando que estamos restringindo a eles neste estudo, embora o conceito de profissional da informação seja muito mais amplo) – é desconsiderado, portanto, invisível.

O bibliotecário é concebido como um profissional que atua apenas com o livro e a leitura do texto escrito, e a leitura é entendida como algo não produtivo, como entretenimento. O arquivista, por seu turno, é geralmente entendido como um profissional que apenas preserva documentos pouco úteis, ou que tenham uma utilidade relativa, de pouca serventia. “Arquivo morto” é um termo negado pelos arquivistas, até, muitas vezes, de forma veemente, mas empregado normalmente pela população leiga e entendida quase como uma definição do fazer desse profissional. O museólogo é reconhecido pela sociedade como alguém que preserva e mantém “coisas antigas” e possibilita o acesso do público a aspectos físicos do passado.

O próprio bibliotecário, por exemplo, se reconhece como um profissional de não muita importância, secundário, destinado a apoiar usuários (pesquisadores, curiosos, estudantes, professores, etc.). Os verbos utilizados para descrever o fazer do bibliotecário – dentre os quais apoiar, promover, prestar serviços e repudiar, para além da censura, qualquer forma de o profissional interferir politicamente em suas ações –, presentes no Código de

Ética e Deontologia do Bibliotecário (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018), proveniente do Conselho Federal de Biblioteconomia, confirmam isso. No seu artigo 2º, o Código afirma:

Art. 2º – A profissão de Bibliotecário tem natureza sociocultural e suas principais características são a prestação de serviços de informação à sociedade e a garantia de acesso indiscriminado aos mesmos, livre de quaisquer embargos. Parágrafo único – O bibliotecário repudia todas as formas de censura e ingerência política, apoia a oferta de serviços público e gratuitos, promove e incentiva o uso de coleções, produtos e serviços de bibliotecas e de outras unidades de informação, segundo o conceito de acesso aberto e universal. (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018, p. 1, grifos nossos).

O repúdio à ingerência política é compreensível em tempos de intervenções de cunho antidemocrático e autoritário, como as realizadas pela extrema direita. Um exemplo notório é a intervenção do então presidente da Fundação Cultural Palmares – o jornalista e político bolsonarista Sergio Camargo (gestão 2019-2022, do Partido Liberal – PL) – na biblioteca da instituição. Ele tentou, ordenando os bibliotecários, descartar livros sob o pretexto de que eram “ideológicos” e “esquerdistas”, uma vez que Camargo não concordava com abordagens desafiadoras às suas convicções e crenças. Mesmo sendo isso arbitrário à missão da instituição – que é orientada pela promoção da cultura afro-brasileira – e estando legalmente impedido de realizar possíveis atos biblioclastas, ele separou os livros supostamente “subversivos” em uma coleção que preferiu denominar “Acervo da vergonha” (Paulo, 2024; Paulo e Rabello, 2024).

Portanto, a ingerência política pode ser interpretada a partir de ações que, supostamente, negam a política, mas impõem sua perspectiva de maneira dissimulada e autoritária. Nessa perspectiva, os executores o fazem escondidamente, criando a impressão de que o trabalho do bibliotecário é neutro e livre de determinadas leituras e visões de mundo. Nesse cenário, em outras esferas profissionais – por exemplo, educacional (com a contestada e polêmica ideia de “Escola sem partido”) e cultural, incluindo questões de costumes (com a igualmente questionável “ideologia de gênero”) –, a política tende a ser, ao menos retoricamente, rejeitada. Estes indivíduos agem como se fosse possível viver em sociedade sem política,

considerando suas posturas autoritárias como desprovidas de caráter político, desprestiosas e desprovidas de ideologia. O Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário determina como deveres do profissional:

Art. 5º – São deveres do bibliotecário: a) preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão [...]; b) exercer a profissão aplicando todo zelo, capacidade e honestidade em seu exercício; c) observar os ditames da ciência e da técnica; d) contribuir para o desenvolvimento da sociedade e respeitar os princípios legais que regem o país; e) cooperar para o progresso da profissão [...]; f) colaborar com os cursos de formação profissional do bibliotecário; g) guardar sigilo no desempenho de suas atividades [...]; h) realizar de maneira digna a publicidade de sua instituição ou atividade profissional [...]; i) conhecer a legislação que rege o exercício da profissão de Bibliotecário [...]; j) combater o exercício ilegal da profissão [...]; k) manter seu cadastro atualizado no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) de sua jurisdição; l) informar sempre ao CRB no qual está registrado quando assumir e deixar cargo ou função; m) citar seu número de registro do respectivo CRB, após sua assinatura em documentos referentes ao exercício profissional; [...]. (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018, p. 2)

O Código também se preocupa com os deveres desse profissional em relação aos colegas, à categoria e aos usuários:

Art. 6º – O bibliotecário deve, em relação aos colegas, à categoria e aos usuários, orientar-se pelos princípios de justiça e respeito e observar as seguintes normas de conduta: § 1º – Em relação aos colegas: a) ser leal e solidário, tratar com respeito e civilidade, sem convivência com erros que venham a infringir a ética e as disposições legais que regem o exercício da profissão; b) evitar críticas e/ou denúncias contra outro profissional sem dispor dos elementos comprobatórios; c) respeitar a propriedade intelectual alheia; d) respeitar as atividades de seus colegas e de outros profissionais. § 2º – Em relação à categoria: a) dignificar moral, ética e profissionalmente a categoria, por meio de seus atos, no desempenho de cargo, função ou emprego; b) prestigiar as entidades da categoria, contribuindo, sempre que solicitado, para o sucesso de suas iniciativas em proveito da coletividade, admitindo-se a justa recusa; c) apoiar as iniciativas e os movimentos em defesa dos interesses da sua categoria profissional, participando efetivamente dos órgãos que a representam, quando solicitado ou eleito; d) zelar pelo prestígio e dignidade profissional, bem como

pelo aperfeiçoamento das instituições nas quais atue; e) facilitar o desempenho dos representantes do órgão fiscalizador, quando no exercício de suas funções; f) auxiliar a fiscalização do exercício profissional e zelar pelo cumprimento deste Código de Ética, comunicando, com discrição, aos órgãos competentes, as infrações de que tiver ciência. g) representar, quando indicado, as entidades da categoria. (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018, pp. 2-3)

Quanto ao usuário:

§ 3º – Em relação aos usuários: a) aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional, salvo por relevante motivo; b) tratar os usuários com respeito e civilidade; c) estimular a utilização de técnicas atuais objetivando a excelência da prestação de serviços ao usuário; d) assumir responsabilidades pelas informações fornecidas, de acordo com os preceitos do Código Civil, do Código de Defesa do Consumidor e da Lei de Acesso à informação vigentes. (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018, p. 3)

A ingerência política novamente pode ser observada, agora no âmbito dos deveres do bibliotecário em relação ao usuário.

3. Ingerência política e produção de não-usuários de informação

Consideremos o exemplo de um suposto diretor que assume o cargo com o objetivo de modificar uma postura isolada e distante de uma determinada biblioteca em relação à comunidade. Nesse caso, o argumento da ingerência política pode ser aquele utilizado reativamente pelos bibliotecários que não aceitam mudanças. Isso pode ocorrer quando estes profissionais estão habituados a uma determinada cultura organizacional tecnicista – caracterizada pela aplicação da técnica pela técnica –, sem considerar a contextualização da técnica para atender não apenas às situações de necessidade dos usuários reais e potenciais da instituição, mas também ao “não-público”, ou seja, aos “não-usuários” de informação.

Neste último caso, é relevante observar que a reatividade dos bibliotecários em permanecer como estão corrobora com a continuidade da geração do “não-usuário” de informação. Nessa direção, a negação do acesso ao espaço

da biblioteca, assim como a não realização de ações de mediação da informação integradoras, ocorre quando membros da comunidade são, por vezes, “impedidos” de utilizar o espaço e de se beneficiar da leitura, da apropriação e do uso crítico da informação a partir dos serviços oferecidos no e pelo equipamento informacional.

Eles – os “não-usuários” – são, portanto, silenciados. Somado ou em consequência da dimensão política do tecnicismo, o silenciamento dos “não-usuários” pode acontecer, por exemplo, a alguma inadequação ou preconceito (re)produzido pela instituição e, consequentemente, pelos profissionais que nela atuam, bem como devido à sua condição de classe social:

A invisibilidade e a desigualdade social estão encobertos sob o véu do conceito de usuário de informação como um “tipo ideal”, um imperativo teórico. Tal conceito sintetiza os atributos materiais, ideológicos e simbólicos das classes alta e média. Nele quase não há lugar para relações ou conflitos de classe. Nesse contexto, quando o usuário é potencial há a expectativa de alcá-lo a usuário real, pois aquele, de antemão, possui algum capital econômico e/ou cultural para tanto. Nesses termos, a ralé estrutural como não-público, sem dispor de tais atributos, praticamente inexiste ou, sequer, é colocada no horizonte. (Rabello e Almeida Junior, 2020).

Enfim, com a apresentação dos deveres do bibliotecário em relação aos colegas, à categoria e aos usuários fica fácil perceber como a classe bibliotecária – ou ao menos os que elaboraram e aprovaram o Código de Ética – entendem o fazer do bibliotecário, sempre voltado para o apoio, a colaboração, a ajuda, a contribuição. Não existem verbos que indiquem ações de decisão, de interferência, de definições. A subalternidade faz parte desse olhar, desse entendimento registrado nos artigos do Código.

4. Sacerdote de um templo invisível?

O bibliotecário, não raras vezes, se considera um sacerdote, e a biblioteca, nesse contexto, é vista como um templo. A proposta de Edmir Perroti exemplifica essa ideia:

A primeira modalidade de biblioteca e a mais antiga é a que denominamos de Biblioteca Templum. Tal designação remete a instituições criadas com finalidades

de guarda e preservação da chamada memória social. Originárias da Antiguidade e cujo exemplo mais conhecido talvez seja o da Biblioteca de Alexandria, do século III, a.C., a preocupação com a conservação cultural acabou transformando-as em locais quase sagrados, com rituais a que somente poucos iniciados tinham e continuam tendo direito de acesso. (Perrotti, 2016, p. 18)

A sociedade brasileira e, de modo geral, as sociedades na América Latina, tendem a considerar a profissão de bibliotecário como inferior e a desvalorizá-la, pois a percebem como uma contribuição limitada às necessidades locais e demandas sociais. Embora na Europa e na América do Norte anglo-saxã a valorização da profissão apresente nuances diferentes, historicamente, a biblioteca foi compreendida apenas como um espaço de leitura do texto escrito, e o bibliotecário foi visto como um “facilitador” na relação entre o livro e o usuário.

Analizando mais atentamente as cinco leis da Biblioteconomia, de Ranganathan (2009) – [1] os livros são para usar; [2] a cada leitor seu livro; [3] a cada livro seu leitor; [4] poupe o tempo do leitor; [5] a biblioteca é um organismo em crescimento –, percebemos que elas estão voltadas mais para a biblioteca como espaço informational do que propriamente para o usuário. De igual maneira, o foco de Ranganathan são os livros e a leitura deles. Um dos livros de Edson Nery da Fonseca, talvez o principal deles, *Introdução à Biblioteconomia* (Fonseca, 2007), pode servir de exemplo do pensar dos principais estudiosos da área (entre os quais, inegavelmente, esse autor pode ser incluído): o sumário do livro não inclui a informação como um dos tópicos a serem analisados e motivo de interesse, a excluindo, implicitamente, do objeto da Biblioteconomia.

O bibliotecário tradicional, atuando em equipamentos com características específicas e quase que sozinho – com alguns poucos auxiliares –, tende a não se integrar com outros profissionais que trabalham em tipos de bibliotecas semelhantes. Falta a ele uma visão coletiva. Esse bibliotecário tende a ser individualista e a acreditar apenas no próprio trabalho. Ou, buscando uma outra explicação, esse profissional comprehende o seu fazer apenas nos espaços que se valem da técnica, de instrumentos pré-definidos, estruturados, e a ação dele se sujeita a relacionar materiais e ferramentas visando a recuperação deles.

Por parte dele, também não há consciência coletiva no âmbito das representações trabalhistas e de classe. O bibliotecário, com tais características, não se filia nem participa ativamente das entidades que o representam ou, quando o faz, sua atuação nem sempre é ativa e proativa, com protagonismo. No Brasil, isso se reflete nos conselhos regionais de Biblioteconomia – são 14 ao todo, com cobertura em todo o território nacional – e no Conselho Federal de Biblioteconomia (Sistema CFB/CRB, 2025).

A educação continuada, essencial para o trabalho desse profissional, é negligenciada sob a alegação de falta de tempo, baixa remuneração (o que é uma afirmação verdadeira), etc., embora muitas iniciativas nesse sentido são ofertadas de maneira virtual e mantidas em plataformas que permitem acessos a qualquer momento. O caso da desvalorização salarial pode ser observado, por exemplo, na lista das onze profissões com menor remuneração no Brasil em 2023, onde a profissão de “Bibliotecário, documentarista [sic] e afins”, se figura dividindo espaço com outras profissões que abrangem as áreas de cultura e, sobretudo, de educação, como é o caso de “Professores de música”, “Outros professores de artes”, “Professores do ensino pré-escolar”, “Professores do ensino fundamental”, “Outros profissionais de ensino”, “Educadores para necessidades especiais”. Outras profissões se somam como é o caso de “Físicos e astrônomos”, “Assistentes sociais”, “Profissionais de relações públicas” e “Fonoaudiólogos e logopedistas” (Rosa, 2023).

Nos lugares onde atuam, a relação dos bibliotecários com outros profissionais e instâncias internas está longe de ser adequada e apropriada. Parece que não é ele visto como imprescindível ou, ao menos, necessário para participar dos espaços de decisão. Isso vale para todos os tipos ou lugares onde as bibliotecas estão instaladas, como escolas, universidades, empresas e espaços públicos.

Em escolas, por exemplo, o bibliotecário é relegado, em boa parte das vezes, a permanecer apenas na biblioteca. Não é ele convocado a participar de instâncias decisórias da instituição. O motivo não se restringe ao funcionário em si, mas à forma como o fazer do profissional é entendido.

Nas bibliotecas universitárias, em igual medida, o bibliotecário não é chamado para participar das instâncias superiores, das câmaras, colegiados etc., entre outras, porque seu trabalho é compreendido como circunscrito às paredes da biblioteca. Há relatos de universidades que propuseram trabalhos exclusivamente com materiais de acesso virtual (Gusso et al., 2020), mantendo esse formato, total ou parcialmente, mesmo após a pandemia da Covid-19. Desse modo, a biblioteca tradicional, que lida com materiais físicos, como é compreendida hoje, pode ser considerada desnecessária.

Ainda nas bibliotecas vinculadas ao ensino, quer básico, médio, técnico ou universitário, a composição do acervo é realizada a partir de livros comprados por indicação dos professores e voltados para o uso em sala de aula ou literatura complementar. Os bibliotecários pouco interferem nisso. Isso porque o orçamento desse tipo de biblioteca é baixo e, muitas vezes, insuficiente até mesmo para atender às exigências de avaliação,

As bibliotecas públicas, por seu turno, não são conhecidas pela população. Muitos dos municíipes nem mesmo sabem onde elas se localizam. Não reconhecem – ou não se preocupam em conhecer –, pois não fazem parte dos seus interesses e desejos ou não atendem às necessidades e às demandas da comunidade.

A biblioteca funciona em horários diferentes da disponibilidade dos usuários. Em muitas universidades, as bibliotecas encerram suas atividades antes do horário de final de aulas ou coincidindo com ele e o início do atendimento segue a mesma orientação. Domingos e feriados – e até mesmo sábados – a maioria das bibliotecas não funcionam. Seguem horários administrativos, embora seu interesse seja primordialmente acadêmico.

Nas bibliotecas públicas, igualmente, a biblioteca tem seu horário de funcionamento em desacordo com o horário que as pessoas têm disponíveis. Ações e atividades culturais ocorrem em momentos possíveis de terem a participação de estudantes e de parte da população, mas impede que muitos tenham acesso a elas.

Esse foi o caso estudado no trabalho intitulado *Cheguei na boca da noite, saí de madrugada* (Martins, 2022) que abordou os efeitos do Projeto Biblioteca Mário de Andrade 24 horas (Projeto BMA 24 horas), que iniciou em

2015 e finalizou em 2017. O Projeto foi desenvolvido durante a gestão do então prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad – Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2017, João Dória – do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), assumiu a prefeitura e, poucos meses depois, em abril do mesmo ano, o Projeto foi encerrado. A abertura da biblioteca pública em horário integral permitiu a transição de usuários em potencial para usuários efetivos, possibilitando que trabalhadores e estudantes utilizassem a biblioteca em horários alternativos. Isso incluiu a “transformação” de “não-público” em público, ao permitir que pessoas em situação de rua – em busca de abrigo nas noites frias da cidade de São Paulo – pudessem, em alguns casos, entrar na biblioteca pela primeira vez na vida e passar a utilizar seus produtos e serviços de informação.

A biblioteca, por vezes, não ausculta as necessidades, interesses e desejos de seus usuários, de sua comunidade, e isso faz com que as estruturas, a organização, o acervo, as atividades sejam impostas aos usuários, os obrigando a se adequarem a elas e não o oposto (Almeida Junior e Rabello, 2022), ou seja, a biblioteca, muitas vezes, deixa de ter no horizonte encontrar buscar formas de atender os interesses da comunidade. Como os usuários vão se sentir “pertencentes” à biblioteca se não há formas e maneiras de se fazer ouvir? Como se pensar em um “pertencimento a esse espaço” se ele, espaço, não reflete a demanda dos usuários?

5. Visibilidade mediante protagonismo e pertencimento

O respeito ao bibliotecário passa pela ideia de pertencimento. E ainda passa pela oportunidade de ser protagonista e propiciar aos usuários a possibilidade de também serem protagonistas. É possível observar essa relação dialógica, baseada na ação mútua dentro de uma comunidade à qual todos pertencem, sendo esse um dos principais argumentos apresentados por Flusser (1980) ao tratar da atuação do profissional, do público e do não-público no contexto de uma “biblioteca verdadeiramente pública”. Sem a retroalimentação do protagonismo mútuo, o bibliotecário não se faz aparecer, não se faz presente e, portanto, se tornará, como já o é, invisível para a sociedade.

Os usuários não sabem a diferença do fazer do bibliotecário e do fazer dos auxiliares ou de outros profissionais que atuam nos espaços da biblioteca. Todos os que trabalham em qualquer tipo de biblioteca são importantes e exercem atividades que permitem alcançar os objetivos dela. No entanto, há fazeres dependentes de uma formação específica e que devem ser executados pelos que possuem essa formação. No âmbito do Serviço de atendimento (Serviço de Referência e Informação), discute-se a existência de um primeiro contato do usuário ser feito na entrada da biblioteca por alguém que não possui formação para essa função. Além dessa inadequação, há também um desvio de função, exigindo-se mais desse funcionário do que o rol de seus fazeres. A primeira triagem da “questão de referência” é feita por uma pessoa que não possui conhecimentos mais aprofundados da dinâmica e da organização da biblioteca, do sistema de informação.

A formação do bibliotecário enfatiza aspectos técnicos e de gestão. Essas são ações internas que, embora importantes e necessárias, com repercussões externas, não “aparecem” para os usuários. Para estes, o fazer bibliotecário é apenas controlar o acervo, emprestar livros para uso imediato, nos espaços físicos da biblioteca, ou para uso, por um determinado período, nos ambientes próprios dos usuários. A biblioteca é importante e se faz presente se atende ao que é solicitado pelo usuário, e isso ocorre no momento da relação entre esses dois personagens, ou seja, no Serviço de Referência e Informação.

Ainda sobre a formação dos bibliotecários, mas voltada para os que atendem público, que atuam no Serviço de Referência e Informação: ocupa ela pouco espaço na grade curricular (grade curricular é um termo mais antigo, após ele já foi empregado “matriz curricular” e, agora, muitos utilizam “desenho curricular”) dos cursos de Biblioteconomia. Essa estrutura do ensino segue a ideia, já exposta anteriormente, de que há um “núcleo duro” da área que seria o trabalho técnico. É inegável que a área de Biblioteconomia é técnica, mas os fazeres devem ser entendidos, todos eles, como importantes e necessários. Hoje, há uma tendência em priorizar, na formação, alguns aspectos entendidos como mais importantes e com maior status perante a sociedade. Nesse tipo de pensamento, disciplinas como “Biblioteca Pública”, “Biblioteca Escolar”, “Leitura”, “Ação Cultural”, “Informação e Socie-

dade”, entre outras, ou são tão somente excluídas ou são anexadas às ofertadas como optativas.

As bibliotecas comunitárias, populares etc., apesar de atuarem de maneira diferenciada das bibliotecas públicas – como elas mesmas defendem, dizendo-se alternativas a estas, o que fez com que Almeida Junior (1997) as denominasse Bibliotecas Alternativas –, ainda mantêm concepções idênticas ou ao menos próximas das bibliotecas públicas. Os conceitos básicos dessas bibliotecas ainda seguem os que embasam e sustentam os das bibliotecas públicas tradicionais. Muitas vezes o invólucro, a embalagem, os termos empregados para designar suas estruturas, suas ações e atividades são diferentes, mas não condizem com a prática delas, pois esta não abandona o preconizado, historicamente, nas bibliotecas públicas tradicionais.

Os serviços oferecidos pelas bibliotecas, em grande parte, reproduzem ideias e propostas de outras experiências, baseadas em relatos de ações sem a devida adaptação às necessidades da comunidade a que devem servir. Nesse contexto, é essencial que todas as iniciativas de valorização da profissão e de divulgação do fazer bibliotecário sejam assumidas e desenvolvidas, mas, paralelamente ao esforço de sensibilizar a sociedade, faz-se necessária uma reflexão interna que também mobilize o próprio bibliotecário. Soma-se a isso o problema do isolamento desses profissionais diante das mudanças e transformações sociais, o que os torna pouco reconhecidos pela sociedade, justamente por não responderem de forma efetiva aos interesses, necessidades e desejos da comunidade atendida. Dessa forma, a questão que permeia a relação entre biblioteca e sociedade permanece: a quem está voltado o fazer do bibliotecário?

A discussão sobre o trabalho nos equipamentos informacionais estar voltado para a leitura, em um sentido estrito, isto é, ao texto escrito, em especial o presente no livro, é recorrente e, de tempos em tempos, retomada entre os que estudam esse segmento da área. A biblioteca, é possível afirmar sem medo de errar, se prende ao livro e ao texto escrito. E mesmo estes, apenas os que seguem a norma culta, a norma padrão. Aqueles que falam e escrevem em “dialetos” não têm espaço e, quando o têm, esse espaço está além do que poderia ser potencialmente desejado dentro do acervo das bibliotecas. Para que serve essa biblioteca? Ou para quem ela serve?

6. Profissional de informação como agente de transformação

O número de pessoas que se interessam pelo livro não é grande. Inclui-se aqui aqueles que não gostam da leitura a partir do livro, como aqueles que são excluídos desse tipo de leitura, não por desejo, mas por falta de condições de exercê-la. É o caso, por exemplo, dos analfabetos e, em muito maior número, dos analfabetos funcionais. Como esse grupo vê e entende tanto a biblioteca como o bibliotecário? Com o que estes últimos contribuem para atender as necessidades de analfabetos, analfabetos funcionais, pessoas com determinadas deficiências – especialmente as visuais –, disléxicos e outros grupos semelhantes?

Apesar de ser um assunto e tema pouco discutidos nos estudos e pesquisas da área, há bibliotecários e bibliotecárias racistas, homofóbicos, transfóbicos, fascistas. No âmbito de atitudes misóginas, bibliotecários entendem as mulheres como secundárias, menos capazes do que os homens e, mesmo que de maneira inconsciente, tais entendimentos da realidade ficam evidentes no atendimento ao público, no exercício das atividades biblioteconómicas. Estudos sobre informação e intersecionalidade na Biblioteconomia têm apontado caminhos para a representatividade político-social e o combate às desigualdades e opressões de gênero, classe e raça (Silva e Sales, 2024).

Mas vale destacar que, sob o discurso da neutralidade técnica, acreditamos ser profissionais o suficiente para que esses traços de nosso caráter permaneçam escondidos ao atuarmos nos espaços informacionais. Se acreditamos que somos neutros, apolíticos, imparciais, que apenas repassamos conteúdos, informações, e que estas também não carregam significados prévios, anteriores, somos sim, espaços e seres “de passagem”. As informações, dentro dessa visão, passam por nós e nós apenas as transferimos. Somos passagem e, como passagem, os outros não nos percebem.

A maioria dos bibliotecários é oriunda das classes pobres. O estudo do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação brasilei-

ro, apresenta a faixa de renda mensal declarada pelos estudantes ingressantes e concluintes do curso de Biblioteconomia, revelando que 70% deles possuem uma renda mensal entre 1,5 e 4,5 salários mínimos (Brasil, Ministério da Educação, 2009). Portanto, mesmo que essa situação de classe seja claramente constatada entre os alunos dos cursos de graduação em Biblioteconomia, isso não significa que, após a formação, esses profissionais defenderão os interesses desses grupos.

Parece que ao cursar, e terminar, um curso superior, esse profissional passa a fazer parte de um outro segmento social, outra classe social e, assim, deixa suas origens de lado e começa a defender e reproduzir os interesses de um novo grupo do qual acredita, agora, pertencer. As classes sociais das quais o profissional da informação é oriundo, acabam por ser renegadas quando ele se forma e passa a ter um nível econômico, social e educacional diferente. A manutenção desse novo status o leva a ser subserviente, a se colocar em uma situação de colaborador (eufemismo muito empregado nas empresas privadas para designar os empregados, os assalariados) e de se sujeitar na condição de fazer parte da maioria que, na divisão social do trabalho, executam e não decidem.

A biblioteca se diferencia de outros meios ou se diferenciará se pensar na apropriação e no uso crítico da informação e não apenas em possibilitar o acesso físico aos espaços e aos recursos e serviços informacionais. A partir disso, ela, assim como os que nela atuam, serão mais visíveis. A apropriação da informação pressupõe entendimento, compreensão, assimilação, interiorização das informações recebidas – e trocadas, pois o usuário não é passivo, não é apenas um “receptor”.

À medida que o registro da informação é facilitado pelas novas tecnologias – como ocorre constantemente com a interação dos sujeitos nas redes sociais digitais –, isso não reduz a relevância dos processos de mediação da informação presencial, nos quais a informação é fluida e nem sempre passível de registro para posterior armazenamento e acesso. Em um contexto de mediação, como em uma atividade de ensino em sala de aula, muitas informações surgem em um momento específico, em uma determinada situação, ou passam por alterações, mudanças e transformações. A biblioteca tem que pensar em trabalhar com elas, em trabalhar com informações

efêmeras. A biblioteca das coisas é uma das possíveis ações das bibliotecas atuais.

Uma biblioteca socialista – que entendemos ser uma concepção a ser discutida, debatida e estudada – luta para que a informação seja de fato democratizada, para que todos tenham acesso à informação; para que os meios de comunicação divulguem informações sem manipulação; que os meios de comunicação não estejam somente nas mãos do setor privado, que veiculam só o que lhes é de interesse. As informações disponíveis devem reproduzir os interesses de todos os segmentos da sociedade e não apenas daqueles que tenham um retorno comercial. Na Biblioteconomia socialista, na Arquivologia socialista, na Museologia socialista, a informação, mesmo carregada de um posicionamento político bem definido, está voltada, em tese, para a sociedade, para a população.

Reflexões nessa perspectiva nos levam a considerar quão provocadora seria a possibilidade de os equipamentos informacionais mudarem seu enfoque gerencial – do enfoque no indivíduo autossuficiente, como as concepções neoliberais insistem em reforçar diariamente –, para uma abordagem que conceba a informação de maneira coletiva. Criar eventos de discussão, palestras, mesas redondas, trocar informações, aulas livres e abertas, etc. incentivar reuniões em grupo devem fazer parte do ideário dos equipamentos informacionais.

As pessoas acreditam que lidam com a verdade, pois entendem que as informações veiculadas pela mídia não podem ser falsas, mentirosas ou distantes da realidade. Acreditam, ainda, que as informações são neutras e, mesmo que as mídias desejem, não conseguem manipulá-las. Essa é uma extensão das ideias daqueles que defendiam que todo livro carrega verdades e que a leitura do texto escrito – como exemplifica a tradicional presença de livros como base para dogmas religiosos – sempre representa verdades, independentemente do conteúdo.

É preciso levar em conta que, na sociedade contemporânea, a legitimação da dominação social é realizada pela “Ciência” (com o “c” maiúsculo) de modo semelhante à maneira como as grandes religiões do passado faziam nas sociedades tradicionais. São sempre ideias de intelectuais e especialistas que estão na base de programas de partido político, de planejamento do Estado, do que se ensina em salas de aula, do que se decide em tribu-

nais e daquilo que se publica em jornais (Souza, 2015, p. 12). Aqui se revela o caráter contraditório não apenas das “Ciências”, que, ao mesmo tempo em que contribuem com questões factuais – como a produção de vacinas, de tecnologias –, também podem atuar como dispositivos de dominação. Essa complexidade se estende a outros espaços da arena pública de produção de consensos, onde o caráter contingente da verdade tem sido cada vez mais atacado sob um viés agnotológico, com foco na produção de ignorância (Proctor, 2008). *Byung-Chul Han (2022)*, em seu livro *Infocracia*, afirma que “Na era das fake news, desinformações e teorias da conspiração, a realidade, com suas verdades factuais, se nos extraviou. Passam a circular, então, informações totalmente desacopladas da realidade, formando um espaço hiper-real. A crença na facticidade foi perdida” (p. 81).

A misinformação, a desinformação, as fake news e até mesmo a pós-verdade (*Froehlich, 2017*) baseiam-se, entre outros fatores, na crença na neutralidade da informação e na concepção de que o que está registrado em um livro representa a verdade absoluta. Delegamos a pessoas, entidades, instituições e dispositivos o poder de nos transmitir verdades, tornando as informações por eles veiculadas inquestionáveis.

No mesmo livro, *Byung-Chul Han*, descontrói uma afirmação recorrente nos textos sobre fake-news, considerando que “Fake news não são uma mentira. Elas atacam a própria facticidade.” (*Han, 2022, p. 84*). Convém ampliar as ideias de *Edmir Perrotti (2016)* apresentadas, parcialmente, em trecho anterior:

Do ponto de vista das bibliotecas, teríamos, assim, três modalidades de dispositivos que convivem no campo sociocultural: a Biblioteca Templum, a Biblioteca Emporium, a Biblioteca Forum. Compreender cada uma delas ajuda-nos a entender os dispositivos de informação e cultura, bem como refletir sobre as dimensões formativas correspondentes a cada um e aos paradigmas históricos que os constituem. (p. 18)

Ante a esse complexo cenário, a busca, no caso das bibliotecas, deve ser pela Biblioteca Forum, espaço em que a biblioteca deixa de ser tão somente uma replicadora de ideias, uma transferidora, uma repassadora, uma mantenedora de concepções para se tornar espaço de debate, de troca de informações. Não mais apenas um lugar que permite acesso aos materiais presentes na biblioteca,

mas que está voltado para a apropriação e o uso crítico das informações, para o protagonismo dos usuários e do próprio bibliotecário.

7. Considerações finais

As discussões aqui desenvolvidas seguem as bases conceituais apresentadas em artigos anteriores sobre os usuários da informação e, agora, apontam tanto para a invisibilidade quanto para a desigualdade no âmbito da atuação do profissional da informação, com foco naqueles que trabalham nos equipamentos informacionais.

As características elencadas e abordadas para a defesa do enunciado – “o profissional da informação e os equipamentos informacionais são invisíveis” – reforçam a ideia de “politicidade da informação” (Rabello, 2019; 2022b). Segundo essa perspectiva, a “politicidade da informação” é concebida como sinônimo de “materialidade da informação”, sendo, nesse sentido, (de)formativa e (des) orientadora de determinado discurso e, portanto, de determinada práxis.

Nesse contexto, ela – a informação, seja em sua forma “semântica”, amparada por uma verdade contingencial (Floridi, 2005), ou na condição de misinformação ou desinformação, onde o engano pode ocorrer, respectivamente, a partir de um erro honesto ou com a intenção de prejudicar alguém ou obter benefícios próprios (Fallis, 2014; Froehlich, 2017) – pode ser estudada quando se identificam características de permanência e força que (re)direcionam a vida em sociedade, como, por exemplo, a (in)visibilidade de uma profissão.

O mais importante, segundo esse prisma de análise, são os efeitos políticos e éticos da informação. A politicidade, nesses termos, vai além da fisicalidade do registro, ou seja, da informação registrada e explicitamente enunciada, como em um documento. Ela – politicidade/materialidade – também se expressa pela oralidade e pelas formas de comunicação não verbal, embora, normalmente, tenha sua força ampliada quando institucionalizada e enunciada em um determinado documento representativo.

Nessa direção, o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário, no presente artigo, serviu como ponto de partida para exemplificar possíveis efeitos, ou a ausência deles, quando o registro se apresenta como suporte para

a ética na prática profissional ou como “letra morta”, sem eficácia ou efetividade. Ou, ainda, quando o documento promove vilanias indiretas, mesmo que tenha sido desenvolvido com as melhores intenções (Rabello, 2022a).

Não é suficiente que um código de ética registre apenas as “boas práticas”, quando o próprio documento, por vezes, carece de criticidade ao não reconhecer que é um instrumento político capaz de levar o profissional de informação a enfrentar dilemas éticos. Esses dilemas podem se manifestar quando o profissional se encontra diante da possibilidade de conceder voz e escuta a determinados sujeitos que sempre tiveram a oportunidade de se expressar, por pertencerem a classes privilegiadas, ou de silenciar outros, historicamente invisibilizados, excluídos e sem protagonismo social. Ou ainda, quando pode reforçar a invisibilidade profissional ou apresentar instrumentos políticos para reforçá-la.

Ao defender a neutralidade do profissional de informação e, especificamente, do bibliotecário, o Código tende a reproduzir a desigualdade de classe, a inadequação institucional e o preconceito ao lidar com a diversidade de gênero, orientação sexual, raça, religião, deficiências físicas, mentais ou intelectuais, idade, entre outros exemplos. Em outras palavras, mesmo sem ter essa intenção, pode corroborar para “(re)produzir” o “não-público”, isto é, os “não-usuários” (Rabello e Almeida Junior, 2020; Rabello, 2023).

Códigos deontológicos são, também, instrumentos políticos que, ao defenderem a neutralidade da profissão, negam, mesmo que indiretamente, a própria política. Podem ser entendidos, igualmente, como instrumentos políticos que negam outras concepções epistêmico-políticas, ainda que, sob a forma de uma retórica ético-técnico-jurídica, se apresentem de modo dissimulado. Por outro lado, representam a própria área de ensino, pesquisa e atuação profissional, refletindo, de modo geral, como pensamos e agimos. Qualquer característica de conservadorismo, expressa nesses documentos, nada mais é do que o reflexo da visão de mundo dominante entre pesquisadores, professores, estudantes e profissionais de determinada área, como a Biblioteconomia.

Assim como as demais áreas de conhecimento, a Biblioteconomia é fruto de escolhas. Se hoje ela se apresenta

e se constitui com características tradicionais ou conservadoras, amanhã poderá ser questionada no sentido de dirimir tais características, podendo, inclusive, ser modificada parcial ou radicalmente. A premissa de que “o profissional da informação e os equipamentos informacionais são invisíveis” é um efeito da concepção política orientadora da profissão, bem como das formas de representação social das instituições e dos profissionais, estando consoante ao descaso histórico em relação às áreas de educação, cultura e informação, sobretudo nos países em desenvolvimento ou do “Terceiro mundo”, como é o caso do Brasil e dos países da América Latina.

Portanto, a invisibilidade do profissional da informação e dos espaços em que atua segue a mesma característica e constituição identificada por nós em relação aos usuários da informação.

O individualismo é uma característica do capitalismo e do neoliberalismo, assumido pela área da Biblioteconomia a partir do seu notório conservadorismo; e se evidencia a partir da veiculação e defesa de ideias como a leitura exclusivamente silenciosa; não permissão de conversas (troca de ideias, discussão e debates de temas entre pessoas de um grupo); entendimento de que a informação só é apreendida e assimilada a partir de uma relação única e exclusiva entre ela, informação, e o usuário; compreensão de que a cultura e a informação são apropriadas apenas por uma interação individual, nunca coletiva.

A invisibilidade do bibliotecário e dos equipamentos informacionais são reflexos do não reconhecimento, por parte do usuário, da importância do fazer do bibliotecário.

O bibliotecário não está entre as profissões com maior status, embora muitos dos profissionais que atuam nela, sem o perceber, veiculam e disseminam o pensar das classes dominantes cujos conhecimentos estão sendo preservados nas e pelas bibliotecas.

Se considerando neutro, apolítico e imparcial, o bibliotecário aceita e acredita que suas ações são meramente um instrumento – ou até mesmo dispositivos – de passagem, e as informações são repassadas e transferidas sem nenhuma interferência, profissional ou não, do bibliotecário. Pensando dessa forma, o bibliotecário está ausente

do processo de mediação da informação, não se entende como o “terceiro elemento” desse processo. Assim, sua invisibilidade, embora subjetiva, é concreta, tanto para o campo informacional que a (re)produz, quanto para a sociedade que retroalimenta tal invisibilidade.

Agradecimentos:

Aos professores Carlos Cândido de Almeida e Mariana Vitti Rodrigues, pela leitura, revisão e contribuições ao manuscrito inicial; e à Natalia Duque Cardona, pelo incentivo ao envio do trabalho.

8. Referencias

1. Almeida Junior, Oswaldo Francisco de (1995). *Biblioteca pública: ambiguidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário* (Ensaios APB, 15). APB. https://abecin.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Ensaios_APB_n_15.pdf
2. Almeida Junior, Oswaldo Francisco de (1997). *Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas*. EDUEL.
3. Almeida Junior, Oswaldo Francisco de (2004). Profissional bibliotecário: um pacto com o excluído. En Sofia Galvão Baptista; Suzana Pinheiro Machado Mueller (Eds.), *Profissional da informação: o espaço de trabalho* (pp. 70-86). Thesaurus.
4. Almeida Junior, Oswaldo Francisco de (2015a). Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. *Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar*, 8(2), 132-144. <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052/27431>
5. Almeida Junior, Oswaldo Francisco de (2015b). Mediação da informação: um conceito atualizado. En Sueli Bortolin; João Arlindo dos Santos Neto (Orgs.), *Mediação oral da informação e da leitura* (pp. 9-32). ABECIN.
6. Almeida Junior, Oswaldo Francisco de; Rabello, Rodrigo (2022). Usuário e recuperação da informação: hiato ou ditongo? *Logeion: Filosofia da Informação*, 9, 482-495. <https://doi.org/10.21728/logeion.2022v9nesp.p482-495>
7. Boaventura, Rafael (2024). *Luz câmera ação: a representação do bibliotecário no cinema* [dissertação de Mestrado]. Universidade Federal da Bahia.

8. Brasil, Ministério da Educação (2009). ENADE/2009: Relatório Síntese: Biblioteconomia. INEP; Ministério da Educação.
9. Conselho Federal de Biblioteconomia. (2018). *Código de ética e deontologia do bibliotecário* (Resolução CFB 207/2018). CFB.
10. Fallis, Don (2014). The varieties of disinformation. *Synthese Library* (358), 135-161. https://doi.org/10.1007/978-3-319-07121-3_8
11. Floridi, Luciano (2005). Is semantic information meaningful data? *Philosophy and Phenomenological Research*, 70(2).
12. Flusser, Victor (1980). Uma biblioteca verdadeiramente pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 9(2), 131-138.
13. Fonseca, Edson Nery da (2007). *Introdução à Biblioteconomia* (2.ª ed.). Briquet de Lemos.
14. Froehlich, Thomas (2017). A not-so-brief account of current information ethics: The ethics of ignorance, missing information, misinformation, disinformation and other forms of deception or incompetence. *BiD: Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentació*, (39). <https://dx.doi.org/10.1344/BiD2017.39.7>
15. Gusso, Hélder Lima; Archer, Aline Battisti; Luiz, Fernanda Bordignon; Sahão, Fernanda Torres; Luca, Gabriel Gomes de; Henklin, Marcelo Henrique Oliveira; Panosso, Mariana Gomide; Kienen, Nádia; Beltramello, Otávio; Gonçalves, Valquiria Maria (2020). Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. *Educação & Sociedade*, 41. <https://doi.org/10.1590/ES.238957>
16. Han, Byung-Chul (2022). *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Vozes.
17. Martins, Gabriela Araújo (2022). *Cheguei na boca da noite, saí de madrugada: usuários de informação, desigualdade social e praxiologia receptiva no projeto Biblioteca Mário de Andrade 24 horas* [monografia de graduação]. Universidade de Brasília.
18. Paulo, Lucas dos Santos de (2024). *O acervo da vergonha: atos e intencionalidades na Fundação Cultural Palmares* [dissertação de Mestrado]. Universidade de Brasília.
19. Paulo, L. dos S. de; Rabello, Rodrigo (2024, 4-8 de novembro). Um acervo da vergonha para a comunidade negra brasileira? *En Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB 2024 (24º)*. ANCIB; UFES.
20. Perrotti, Edmir (2016). Info-educação: um passo além científico-profissional. *Informação Profissional*, 5(2), 4-31. <https://doi.org/10.5433/2317-4390.2016v5n2p04>
21. Proctor, Robert (2008). Agnotology: A missing term to describe the cultural production of ignorance (and its study). En Robert Proctor; Londa Schiebinger (Eds.), *Agnotology: The making and unmaking of ignorance* (pp. 1-35). Stanford University Press.
22. Rabello, Rodrigo (2019). Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 13(2), 5-25. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2019.v13n2.02.p5>
23. Rabello, Rodrigo (2022a). Mediação da informação em presença: situacionalidade, transitoriedade e simetria entre implicadores e implicados. *Logeion: Filosofia da Informação*, 9(1), 62-90. <https://doi.org/10.21728/logeion.2022v9n1.p62-90>
24. Rabello, Rodrigo. (2022b, 7-11 de novembro). Práticas documentárias em regimes de materialidade. En *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB 2022 (22º)*. ANCIB; UFRGS.
25. Rabello, Rodrigo (2023). Studies on information users and non-users: An alternative proposal. *Open Information Science*, 7(1), 20220153.
26. Rabello, Rodrigo; Almeida Junior, Oswaldo Francisco de (2020). Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, 30(4), 1-24. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57350>
27. Ranganathan, Shiyali (2009). *As cinco leis da Biblioteconomia*. Briquet de Lemos.
28. Rosa, Victoria Nogueira (2023, 18 de outubro). As 11 profissões com os menores salários do Brasil em 2023, segundo estudo da FGV: profissionais ligados à área da educação são maioria no levantamento. *Valor Econômico*. <https://valor.globo.com/carreira/noticia/2023/10/18/as-11->

profissoes-com-os-menores-salarios-do-brasil-em-2023-
segundo-estudo-da-fgv.ghml

29. Silva, Andreia Souza da; Sales, Rodrigo de (2024). Informação e interseccionalidade na Biblioteconomia: a representatividade política social a partir de Audre Lorde. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 29, e46555. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/46555>
30. Sistema CFB/CRB (2025). CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia [Website]. <https://cfb.org.br/conheca-o-cfb/>
31. Souza, Jessé (2011). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. UFMG.
32. Souza, Jessé (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. LeYa.